|  |  |
| --- | --- |
| **Descrição: Logo-Oficial-CNBB** | **CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL**  *CONSEP – Conselho Episcopal Pastoral – Reunião Ordinária*  *Brasília - DF, 19 e 20 de setembro de 2017.* |

**Análise de Conjuntura – Setembro de 2017**

Esta análise toma como eixo central a soberania nacional. Percebe-se desde a “globalização” uma intencionalidade onde os ditames econômicos neoliberais determinam a política nos Estados nacionais, submetendo-os a uma lógica de aprofundamento da desigualdade social, desconstituindo o padrão de cidadania, conquistado por meio da mobilização social dos povos. Os empobrecidos e a natureza, sobretudo a Amazônia, não são considerados em sua integridade, negando sua dignidade originária. Povos indígenas, comunidades tradicionais e quilombolas têm seus territórios ameaçados por decisões judiciais e iniciativas obtusas do poder executivo federal para que a riqueza do país seja entregue aos interesses das grandes corporações internacionais. São tempos difíceis, onde os valores de uma civilização são colocados à prova. Toda essa ofensiva encontra resistências na ação das igrejas e dos movimentos sociais, que apesar dos ataques aos direitos, realizam manifestações, mesmo sem cobertura da grande mídia brasileira. Há esperança.

**Internacional**

**Financeirização global da política: ameaça à soberania e democracia?**

No ano 2008, estourou a crise financeira que abalou o sistema neoliberal global. Quase dez anos depois, os banqueiros, com a anuência dos Estados, retomaram seus negócios, mas, a “onda de choque” ainda se propaga, tornando caducos modelos de crescimento econômico e provocando um descrédito maciço do mundo político. O “governo do povo, para o povo e pelo povo” suscita dúvidas sérias, evidenciando uma impotência do político e uma incapacidade dos cidadãos de fazerem valer suas legítimas demandas.

Hoje se tem um sentimento bastante difuso que a democracia se desviou, virando intrinsecamente impossível e correndo o risco de se reduzir a um simulacro, senão a uma impostura. A dominação de elites financeiras mais cobiçosas e corrompidas leva a uma desconfiança geral em relação às instituições da democracia representativa. A crise da representação está visível nas taxas elevadas de abstenção nas eleições como também, nos votos de extrema-direita de cunho popular e nacionalista.

O descrédito das elites, o famoso 1% dos mais ricos, está crescendo por não mais atuar em favor do bem comum, criar riquezas e respeitar as leis. Por outro lado, essa mesma elite neoliberal tem consciência de ser uma classe, não só “em si”, mas “para si”, formulando um programa internacional de dominação. No Estado norte-americano e no processo da unificação europeia está se dando a formação dessa consciência política nova de uma classe capitalista transnacional, hegemonizada pelo financeiro.

Essa vontade política se encarna na Organização Mundial do Comércio que reúne 133 países, espaço onde se resolvem disputas, se produzem consensos estratégicos e se estabelecem regulações comuns; no Fórum Econômico Mundial, onde as mil corporações mais importantes da terra formulam as agendas políticas (28 delas detém o movimento de 75% da economia mundial); na Sociedade do Mont Pèlerin que promove valores e princípios neoliberais.

Essa ideologia neoliberal ou “pensamento único” trata basicamente da proteção, salvaguarda, livre circulação, valorização e não intervenção nacional sobre toda riqueza financeira de propriedade de pessoas físicas ou jurídicas externas detentoras de ativos localizados em dado país. Concretamente, consiste em se referir ao controle das ações, obrigações, empréstimos, patentes, direitos de concessão, títulos de propriedade em geral, inclusive propriedade fundiária garantindo a titulação de direitos supranacionais, protegendo-os de qualquer risco.

Trata-se de favorecer a livre circulação e valorização do capital financeiro internacional, sem salvaguardas eficazes para as políticas autônomas dos estados nacionais, em defesa do interesse público, proteção do meio ambiente, estabilidade macroeconômica e crescimento das economias dos países. Erige-se praticamente o capital financeiro como uma nova “divindade histórica”, a quem o mundo é devedor de serviços e sacrifícios ilimitados.

De fato e de jure, trata-se de brechas abertas na soberania das nações por suas subordinações a poderes supranacionais onde o capitalismo global neutralizou as democracias nacionais. Para exemplificar: na ocasião da vitória de Syriza na Grécia, houve uma réplica imediata do presidente da Comissão europeia: “Não pode haver escolhas democráticas *contra os tratados europeus já ratificados*”. A democracia tornou-se enfeudada ao poder do dinheiro.

Os valores que fundam a democracia estão se tornando inoperantes ao ponto de suscitar suspeitas sobre o próprio sistema democrático, liquidando a efetividade da soberania popular e o seu próprio princípio. Boa parte do povo não se reconhece mais em seus representantes, pois os cidadãos sentem o declínio do seu poder em mudar pelo voto não somente o governo, mas a orientação política. Razão no sistema capitalista da interconexão do liberalismo e do fascismo.

O “liberalismo atualizado”, como superação das oposições entre esquerda e direita, coloca-se decididamente no centro, sendo progressista em matéria de valores morais e implacável conservador no plano econômico e social. O atual estágio do capitalismo como cultura perverte a democracia sendo gerado por um neoliberalismo que consiga tornar desejáveis seus valores e suas soluções, incentivando a acreditar que a moral restrita no campo individual importa mais que a política e o social.

**América Latina**

As previsões da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe é que a economia da América Latina cresça 1,1% no até o final de 2017. Isso expressa sinais de recuperação econômica, mas são números ainda tímidos para a região, pois não deve alterar as taxas de desemprego. O desemprego urbano, por exemplo, deve chegar a 9,4% num processo que vem crescendo desde 2014. Serão cerca de 23 milhões de desempregados. É a taxa mais alta da década.

**Dificuldade econômica e crise política no Equador**

A situação econômica do Equador não é das mais tranquilas diante da queda do petróleo nos últimos anos (de US$ 98 o barril em 2012 a US$ 35 em 2016). A dívida externa mais que dobrou em 10 anos (de US$ 10 bilhões em 2007 para US$ 25 bilhões em 2017). A situação foi ainda agravada pelo terremoto de abril de 2016 que levaram a perdas da ordem de US$ 3,3 bilhões.

Há uma crise política instalada entre o atual governo que tem como presidente o ex-vice-presidente de Eduardo Correa e o grupo que dava sustentação ao próprio Correa que governou o Equador por uma década. Pouco depois das eleições, houve estremecimentos entre o atual presidente Moreno e o seu vice que é muito próximo de Correa. A crise aumentou na medida em que Moreno tem feito aproximações com a Direita, como ter entregue alguns serviços de comunicação estatal a representantes do setor privado e a destituição do vice de suas funções. O Ministério Público do Equador solicitou à Suprema Corte que impeça o vice-presidente do Equador de deixar o país. Ele é acusado de envolvimento em negócios ilícitos com a Odebrecht. Lá como no Brasil, para que seja processado é preciso que a Assembleia Nacional autorize, o que ocorreu por unanimidade em agosto passado.

**Trump e a desestabilização democrática na América Latina e Caribe**

A estabilidade democrática foi ameaçada na região pela ameaça de ação militar feita por Trump contra a Venezuela. A omissão ou a fraca reação de vários governos latino-americanos, deixa sinais perigosos. Uma declaração como a feita por Trump precisava receber uma condenação generalizada de todos os países integrantes da ONU, pois consta em suas prescrições a proibição desse tipo de intervenção. Houve apenas reações dos países como Cuba, Bolívia, Nicarágua e Equador que fazem parte da Alba - Aliança Bolivariana para os Povos da América. No Brasil houve atos em defesa da soberania da Venezuela realizados pelos movimentos sociais.

A crise na Venezuela continua e há sinais que permitem diferentes visões sobre os possíveis desfechos. Uma importante iniciativa ocorreu nessa semana com diálogos mediados pelo presidente da Republica Dominicana, Danilo Medina. Inicialmente os diálogos com Medina ocorrem em separado, mas a perspectiva é que em breve se possam iniciar reuniões entre os representantes do governo e da oposição juntos com apoio de outros mediadores.

Outra ação de Trump que desestabiliza processos de maior integração tem sido sua revisão no caminho de aproximação com Cuba iniciado com Obama, o que pode gerar novos movimentos de hostilidade prejudicial para toda a região. Trump considera que Obama foi bondoso demais com o regime cubano. As medidas visam, sobretudo, criar maiores dificuldades econômicas ao comércio com Cuba.

**Mobilização Estudantil na Argentina contra a Reforma da Educação Secundária**

Argentina vive momento de mobilização estudantil. Estima-se que 30 escolas estejam ocupadas por estudantes em protestos contra a reforma da educação secundária, que semelhante a que está sendo feita no Brasil, pretende uma aproximação coma formação profissional voltada para o mercado de trabalho. Os protestos tanto ocorrem pelo conteúdo da reforma, como pela forma autoritária como tem sido conduzida pelo governo.

**Nacional**

**Terra, Trabalho e Dinheiro: qual é o sentido da desregulamentação ora em curso?**

Desde o golpe parlamentar do “impeachment” em 2016, acelerou-se um processo de desregulamentação, sem precedentes, em três esferas de relações sociais garantidas pelo Constituição de 1988:

1) as relações fundiárias, legitimadas pelos conceitos de terra *Bem social e Ambiental* (Art. 186); *Terra Indígena* (Art. 231) e *Quilombola* (ADCT – Art. 68)) e *Parques e Reservas Ambientais* continuas (Art. 225);

2) relações de Trabalho e proteção social, (Art. 8 e 193 a 195), sujeitas às salvaguardas dos princípios da CLT (Art. 8º) e da Seguridade Social (“Ordem Social” – Art. 193 a 232);

3) relações financeiras, sacralizadas pela PEC 55/2016 (EC. 95/2016) e legislação precedente, na condição de ilimitadas e irresponsáveis do ponto de vista de despesa pública, como também insusceptíveis, na prática, de sanção penal (MP. 784/2017).

A quantidade e velocidade de iniciativas legislativas e administrativas regulando e desregulando esses três “mercados”, que vêm ocorrendo nesse período do governo Temer, é inédita na história do parlamento brasileiro, comparável talvez à fúria de “produção legislativa” dos dois primeiros anos do governo Castelo Branco.

Mas é importante perquirir o sentido de conjunto dessa verdadeira operação desmonte do Estado Democrático, à semelhança do ocorrido em 1964, com as diferenças relevantes da situação atual, quando ainda há uma dependência formal em relação à Constituição de 1988, mas uma aversão real aos seus princípios, diretrizes e instrumentos de salvaguarda dos direitos sociais, principalmente. Em seu lugar, erige-se a tese da absoluta dominância dos mercados autorregulados, tendo no seu ápice o mercado financeiro – ilimitado, irresponsável e inimputável, sob proteção e gestão de um Banco Central que serve a esses interesses.

**Dinheiro** - Duas peças legais editadas em 2016 e 2017 conferem ao capital operante no setor financeiro, principalmente nas operações de Dívida Pública, um “*status*” acima de qualquer outro setor beneficiário da esfera pública. A “PEC do Teto” por 20 anos do gasto primário, já vigente, elege a despesa financeira pública como entidade, que já gozando da condição de irresponsabilidade fiscal pela vigente Lei de Responsabilidade Fiscal, adquire agora a condição de credora compulsória do superávit-primário do Orçamento Fiscal e da Seguridade, podendo ainda crescer ilimitadamente por período de 20 anos – regra consagrada pela EC. 95/2016, antiga PEC 55/2016 (“PEC da morte”).

Por sua vez, o tratamento de sacrifício radical imposto pelo teto orçamentário primário, que a estrutura fiscal-financeira vigente mantém, não se aplica aos haveres públicos da União, inscritos ou não na Divida Ativa. Aqui há um convite à evasão fiscal interna e à migração de capital aos paraísos fiscais, operações toleradas e até mesmo sancionadas pelos frequentes programas de perdão, anistia, recomposição de débitos para com a União; sejam internos (REFIS), sejam externos (repatriação de dinheiro dos paraísos fiscais). Somente no ano fiscal de 2017, a Receita Federal estima em 78 bilhões de reais o conjunto de perdões tributários, inscritos na Dívida Ativa para com a União, em vários programas, nada austeros, ao estilo “anistia fiscal” (conforme publicado pelo O Estado de São Paulo em 20-08-2017, p. 1).

Não bastasse essa completa inversão ético-política da EC. 95/2016, complementada pelos programas de evasão fiscal e cambial tolerados, o sistema blinda-se em junho de 2017 com a MP 784/2017, no sentido de evadir-se à sanção penal contra delitos financeiros, pela regra do segredo nos “acordos de compromisso” e “acordos de leniência”, que tanto o Banco Central e a Comissão de Valores Mobiliários são autorizados a praticar. Tudo fica resolvido mediante multas pecuniárias, independente da confissão do ilícito e de sua publicização.

**Trabalho** - Enquanto para o capital financeiro se constrói um “Estado Máximo Protetor”, para as relações de trabalho e proteção social, a legislação já editada ou em vias de sê-lo, investe-se na tese do “*mínimo-minimorum*”.

Os orçamentos públicos das áreas sociais, de infraestrutura, segurança pública, defesa, etc. estão todos escancaradamente cortados, especialmente o Orçamento da Seguridade Social, que praticamente fica cancelado pelo EC. 95/2016, por 20 anos. Por sua vez, como a despesa previdenciária deste Orçamento depende de mudança constitucional específica, a chamada PEC da Previdência (244/2016) tramita para complementar a regressão nos direitos previdenciários, aí se destacado à virtual extinção da Previdência Rural (no formato da Constituição de 1988), e alongamento excessivo dos tempos de contribuição (25 anos), como critério taxativo à concessão de aposentadoria por idade. A conta da crise está sendo paga pela classe trabalhadora do país.

Finalmente as mudanças já havidas na legislação trabalhista ordinária – Lei da Terceirização irrestrita (Lei 13.429/2017) e Lei da mudança das regras da CLT (Lei 13.467/junho de 2017), acentuam a desigualdade na relação capital-trabalho, favorecendo ainda mais a rotatividade no mercado de trabalho e à fuga para relações informais, ampliando a dureza de desproteção previdenciária, segundo a regra do tempo de contribuição de no mínimo de 25 anos.

**Terra** - O processo de desconstrução de direitos sociais agrários é mais antigo, relativamente ao governo Temer. A autodenominada “economia do agronegócio”, reconstituiu-se de fato no segundo governo FHC, dominando desde então todos os governos subsequentes; e persegue com afinco a ‘mercadorização’ de toda a terra, invadindo os espaços territoriais dos povos originários e tradicionais, que por direito constitucional têm conceituação de relação com a Terra nada coincidente com sua redução à “terra mercadoria”.

Mas há também na conjuntura o aprofundamento regressivo do direito agrário, de maneira que se pode também caracterizá-lo, pela intensidade, como sem precedentes. A MP 759/2017 (já transformada na Lei n. 13.465/2017), é o carro chefe desse processo. São dois focos principais: 1- o ataque aos territórios dos assentamentos agrários em todo o Brasil, para efeito de colocação no mercado de terras desses espaços, para o que se concede a titularidade individual à base de l0% do valor de venda da terra; 2- na Amazônia Legal reeditam-se regras de legislação permissivas à grilagem, editadas ainda em 2008, legalizando grandes áreas públicas invadidas, mediante idênticos expedientes de “venda” a preços irrisórios e sem conexão com a Reforma Agrária.

Há também muitas providências de caráter legislativo e administrativo visando à desestruturação da FUNAI e do INCRA (por exemplo, a CPI FUNAI/INCRA), extinção do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e sucateamento orçamentário dessas duas agências ligadas à questão fundiária (INCRA) e indígena (FUNAI), cujas terras por elas geridas são avidamente cobiçadas pelos grileiros da linha auxiliar do agronegócio.

No plano do Poder Judiciário, os “arautos da economia do agronegócio” incidem no Supremo Tribunal Federal para conseguir estabelecer uma tese – o chamado ‘marco temporal’ (da data da promulgação da Constituição de 1988), como referência à posse ou ocupação efetiva ‘provadas’ dos territórios indígenas naquela data, como único critério de direito indígena. Tudo o mais seria dispensável, incluindo todo o acervo de laudos antropológicos, que de direito tem servido à comprovação dos territórios ancestrais do ‘habitat étnico’.

Além da regressão legal, assiste-se no espaço rural notável recrudescimento da violência contra populações indígenas, camponesas e quilombola, com a ocorrência de chacinas, principalmente na Amazônia Legal, na esteira da regressão geral de direitos que vem caracterizando o período do governo Temer.

Assim, o arranjo legislativo, administrativo e de decisões judiciárias (mas principalmente de sua omissão) configuram no período do governo Temer um golpe profundo nas relações sociais salvaguardadas pela Constituição Federal - terra, trabalho e dinheiro (Finanças Públicas), erigindo-se em seu lugar uma espécie de “estado novo da ‘segurança financeira’”. Isto tudo é realizado à margem da soberania popular, que em nenhum momento foi ouvida, neste processo.

Do ponto de vista dos direitos humanos não se pode ter dúvidas sobre suas consequências. Desigualdade social retornando e se legalizando no mundo do trabalho; violência crescente no espaço agrário, especialmente contra as populações indígenas; assentados e pequenos posseiros. E no polo oposto – absoluta proteção aos ricos detentores da riqueza financeira e fundiária. Ademais, acena-se aqui com a internacionalização do mercado de terras, em claro atentado à soberania nacional, precedido por outro tão grave – o crescente sucateamento orçamentário da Defesa Nacional.

Quem tem olhos para ver e ouvidos para ouvir não pode se iludir – o processo em curso é de barbárie social-nacional, conduzido pelas mãos visíveis do governo Temer, mas manipulado sub-repticiamente pelos mercados financeiros.

**Decreto de Temer extinguindo a RENCA e reações para reversão**

A forma com que se deu a extinção da Reserva Nacional de Cobre e Associados (RENCA) demonstra que a Amazônia vem sendo usada como “moeda de troca” nas relações políticas de concessões do atual governo federal. Ela revelou a fragilidade das variáveis do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC - Lei 9.985/2000) quando se trata da Amazônia. Mesmo que o decreto, repleto de ilegalidades, esteja em debate nas instâncias políticas superiores, a extinção da RENCA representa um ataque aos direitos humanos dos povos da Amazônia que não foram nem consultados sobre a temática (conforme determina o artigo 231 da Constituição Federal de 1988 e a Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho-OIT). Fatos como este revelam que as instâncias políticas acionam a Amazônia como “reserva de campanha”. Não há preocupação com os impactos socioambientais e se ignoram os povos da região. Daí a importância de fortalecer e legitimar a rede de proteção da Amazônia a partir de seus povos. Reagir e resistir junto com eles! Este é o papel da Igreja e de toda sociedade.

A rápida mobilização local, regional e nacional contrária à extinção da RENCA evidenciou que há preocupação com a Amazônia e com tudo o que ela representa para o Brasil e para o planeta. As diversas manifestações desfavoráveis ao decreto governamental mobilizaram simultaneamente lideranças dos Povos Indígenas, militantes do campo e das cidades, universidades, institutos de pesquisas, poetas, cantores e artistas, todos e todas com o mesmo objetivo de questionar e reverter o decreto. Os impactos socioambientais de grandes projetos de mineração que ocorrem atualmente em toda a Amazônia e, mais expressivamente a tragédia sem precedentes de Mariana (o rompimento das barragens da mineradora Samarco no dia 05 de novembro de 2015), são suficientes para questionar e interpor-se à extinção da RENCA. Entretanto, a reação imediata da sociedade, com destaque para o papel da Igreja, revela que o povo está muito atento aos desmandos dos governos e sabe como reagir, manifestando-se através de notas públicas, envio de documentos, cartas abertas, acionando a legislação e a imprensa internacional.

**Marco temporal: a ameaça permanece.**

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre ação em que o Estado de Mato Grosso pede indenização pela criação do Parque Indígena do Xingu, e a demarcação de áreas indígenas nos anos de 1980, não afasta a ameaça real de adoção do “marco temporal”[[1]](#footnote-1) como instrumento definidor das terras indígenas.

No dia 16 de agosto, o STF julgou a ação e por oito votos a zero rejeitou o pedido de indenização (o processo trata das Ações Civis Ordinárias nº 362 e 366, dos povos Tupinambá, Pataxó Hã-Hã-Hãe, Guarani, Kaingang e Xokleng). Uma vitória importante na luta dos povos indígenas e quilombolas, populações mais atingidas se a lógica do “marco temporal” prosperar. As lutas Povos Indígenas e quilombolas precisam compor a agenda de mobilização social cotidiana dos brasileiros, das juventudes, dos estudantes secundaristas e universitários, das igrejas e suas instâncias.

O tema é pouco abordado em perspectiva crítica pela grande mídia, e por isso reclama ser reforçado nas redes sociais, em aliança permanente, entre as conexões em que cada ativista está inserido. O *marco temporal* faz parte do pacote de decisões que o golpe perpetrado contra a democracia em 2016, liderado por Michel Temer está implementando com apoio do Congresso Nacional.

Faltam esclarecimentos à população brasileira e, em especial, às juventudes sobre o que representa o marco temporal. Promover mais debates, reflexões, performances culturais sobre o que a medida carrega é, agora, passo valioso para as novas batalhas a serem travadas. O pensamento prevalente no meio citadino é o de “*há muita terra para poucos índios*” e essa noção, construída com apoio da grande mídia, ajuda a legitimar o discurso oficial da necessidade de adoção desse mecanismo.

Na PEC 215, o marco temporal está embutido. No Congresso Nacional, a PEC 215 (transfere para o Legislativo a decisão sobre demarcação das terras indígenas), foi aprovada pela Comissão Especial de Demarcação de Terras Indígenas e está pronta para ser submetida à votação. Um parlamento com perfil igual ao que o Brasil tem hoje, no qual as bancadas articuladas em maioria são fortemente contrárias aos interesses dos Povos Indígenas, a ameaça de morte está armada e pode ser concretizada. Há perigosa sintonia entre as vontades do Congresso e do Governo Federal.

A revogação do Parecer nº 01/2017 (que impõe o marco temporal) é uma das frentes de luta urgente. Elaborado pela Advocacia-Geral da União (AGU), o parecer já está assinado por Michel Temer. Líderes de organizações indígenas oficializaram pedido de revogação da medida e realizam manifestações em diferentes cidades.

As resistências precisam ser multiplicadas. O barulho das vozes precisa ecoar mais longe e rachar a pedra opressora. O pacote de medidas governamentais atinge duramente a essência da Amazônia, escancarando-a aos grupos nacionais e internacionais de exploração cujo histórico por onde passam é de saque, destruição e abandono das pessoas e da natureza, agredidos de morte.

**Frente Parlamentar Mista em Defesa da Soberania Nacional**

Apoiada por mais de 220 parlamentares e por 15 entidades da sociedade civil, está em atividade no Congresso, há três meses, a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Soberania Nacional. Foi instalada em Brasília no dia 21 de junho e iniciou por Minas Gerais, em 28 de agosto, a etapa de lançamento nos estados, que continuará no Rio de Janeiro, em São Paulo, no Ceará e em Sergipe, ainda neste ano.

Suprapartidária, a Frente é comandada por uma comissão executiva que tem na presidência o senador Roberto Requião (PMDB-PR), na secretaria-geral o deputado Patrus Ananias (PT-MG), o deputado Glauber Braga (PSOL-RJ), na secretaria de Eventos e Mobilização, e quatro vice-presidentes regionais: os deputados Celso Pansera (PMDB-RJ), Odorico Monteiro (PSB-CE) e Afonso Motta (PDT-RS) e a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

A Frente pretende resistir ao processo de “*entreguismo*” dos recursos naturais, do patrimônio público e da soberania nacional, que considera posto em curso pelo governo Temer e que inspira a privatização, entre outros, de setores estratégicos da economia para os interesses do Brasil e de seu povo.

Em manifesto publicado na internet para subscrição do público[[2]](#footnote-2), a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Soberania Nacional denuncia o governo Temer por colocar à disposição do mercado global as reservas minerais, as terras, o patrimônio público nacional nas áreas de energia elétrica, petróleo e infraestrutura aeroportuária.

Na avaliação da Frente, a retomada da privatização e o “*entreguismo*” dão continuidade a uma estratégia de desconstrução do Estado nacional, cuja execução foi iniciada pela supressão de direitos sociais e seguida pelo congelamento dos investimentos públicos por 20 anos (EC 95/2016). Agora seria a vez da liquidação do patrimônio público e inclui, por exemplo, a venda da Eletrobrás e da Petrobrás.

No caso da Petrobrás, a sua desestruturação compreende a mudança do marco regulatório para acabar com a operação exclusiva na exploração do Pré-sal; o fim da política de conteúdo local; a aceleração do ritmo dos leilões e a venda acelerada de ativos, que retira a empresa de segmentos importantes, como os de energia, transportes e fertilizantes.

Pelo Plano de Negócios 2017-2021, a Petrobrás sairá integralmente das áreas de produção de biocombustíveis, distribuição de GLP (Gás Liquefeito de Petróleo), produção de fertilizantes e da petroquímica; a área de energia será restruturada; e a distribuição e comercialização dos produtos da empresa se darão por meio de parcerias e desinvestimentos.

O desmonte da Eletrobrás também é gravíssimo para o país. E custará barato a quem comprar a empresa – provavelmente a maior geradora de energia elétrica do planeta (que detém 47 usinas hidroelétricas, 114 térmicas e 69 eólicas, com capacidade de 47.000 MW). Ela controla linhas de transmissão, seis distribuidoras e a Eletronuclear - empresa que detém as usinas nucleares brasileiras.

E a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) avalia que o consumidor pagará dobrado por usinas já construídas, caso seja seguido no país o modelo que o governo pretende adotar para o setor elétrico.

**Reforma Política – em que situação está?**

Em todas as legislaturas, desde a Constituinte de 1987/88, discutem-se no Congresso propostas legislativas de reforma do sistema político, mas nunca foram aprovadas por falta de consenso político. Quem está no poder não quer mudança nas regras. Foi com elas que o parlamentar atual se elegeu. A Constituinte deixou passar uma oportunidade para fazer um sistema político melhor, alterando a forma de representação no Brasil. Aqui se distingui entre uma “**reforma política necessária**” e “**as propostas legislativas em curso**”.

A reforma política necessária é essa que as pessoas nas instituições, nos partidos, na vida acadêmica, nas igrejas, nas organizações da sociedade civil, interessadas no aprimoramento de nossa democracia, vêm defendendo há anos. Essa reforma política precisa ser apropriada por todos os cidadãos e cidadãs, porque é assunto sério demais para ser deixado só para os políticos profissionais resolverem. A reforma política em curso não é para nós, cidadãos, mas para eles, os políticos.

Essa reforma política necessária, que o Congresso Nacional se recusa a debater, deverá corrigir as distorções, os vícios e as falhas do sistema político-partidário e eleitoral, acumulados desde o processo constituinte. Urge uma reforma necessária para melhorar a qualidade da representação, proporcionando um vínculo mais forte entre o representante e os cidadãos, de modo que o poder, especialmente o Legislativo, seja exercido em nome do povo.

É preciso reformar a política também para garantir condições de governabilidade. O que se tem hoje no chamado “presidencialismo de coalizão” é uma situação em que os presidentes para conseguirem governar vão trocando votos no Congresso por “pedaços do Estado”. A reforma política é necessária também para baratear as campanhas eleitorais, cativas atualmente de uma carestia que leva os candidatos a buscarem financiamento de grandes interesses econômicos, resultando numa forte influência do poder econômico nas Casas de representação. Há bancadas que representam os grandes interesses econômicos no Congresso Nacional (bancos, bebidas, agronegócio, indústria de armamentos, futebol), e poucos parlamentares representam o “povo”.

Uma mudança importante deve ocorrer no sistema eleitoral utilizado para a escolha de parlamentares. Hoje o sistema é proporcional. Ele permite um aproveitamento maior dos votos, pois mesmo que o candidato em quem o eleitor votou não seja eleito, os votos recebidos por ele podem ser aproveitados para eleger alguém do mesmo partido. O problema desse sistema é que permite a formação de coligações entre partidos na eleição para a Câmara de Deputados. A possibilidade de se realizarem coligações nas eleições parlamentares, sem nenhuma exigência de afinidade política e ideológica. Isso leva a determinados candidatos de um partido serem eleitos com votos dados a candidatos de outro partido, deturpando assim a vontade popular.

Os projetos que tramitam atualmente no Congresso caminham em outra direção. A crise política e a perda acentuada de credibilidade dos políticos têm mobilizado os parlamentares para encontrarem mecanismos que facilitem a sua própria reeleição no pleito de 2018. Há uma pressão forte para ser aprovada uma reforma política com essa finalidade. Um sistema eleitoral que facilita esse projeto pessoal da atual classe política é o chamado “**distritão**”. Esse sistema, muito pouco utilizado no mundo, divide cada Estado da federação em distritos eleitorais, de modo a permitir a eleição dos candidatos “mais votados” para o cargo de deputado.

Esse sistema tem a aparência de ser mais democrático, mas esconde alguns sérios problemas de representação. Ora, se todos disputam os votos no Estado inteiro, quem serão os favorecidos? Os beneficiados com essa medida serão exatamente aqueles candidatos mais conhecidos, já no exercício do mandato e, por isso, tiverem maior estrutura e recursos para realizar suas campanhas. Ou seja, o “**distritão**” favorece a reeleição dos atuais representantes, além de empobrecer o debate político, porque retira dos debates os projetos para o país e estimula ainda mais o “personalismo” das campanhas, enfraquecendo ainda mais os partidos. A adoção desse sistema também promove o chamado “desperdício dos votos” dados a candidatos que não se elegem e, diferentemente do que ocorre no sistema proporcional, não seriam mais aproveitados. O que está para ser aprovado no Congresso é, infelizmente, mais uma reforma política de ocasião.

**Perspectivas para as Eleições Presidenciais de 2018**

A um ano das eleições gerais de 2018 ainda há muitas incertezas. Duas candidaturas se apresentam como favoritas nas pesquisas eleitorais: Lula e Bolsonaro. Cada uma com sua identidade, significados e perspectivas. No Congresso Nacional se discute mais uma “reforma política” de ocasião, que tem como principal objetivo garantir a continuidade da representação dos interesses de grandes grupos econômicos que patrocinaram o afastamento da presidente eleita em 2014.

Há uma saga dos setores elitistas do país, submetidos a interesses do capital internacional, em impedir a qualquer custo que se viabilize a candidatura de Lula. Para tal objetivo, agentes de vários setores da sociedade (judiciário e mídia, principalmente) são acionados para manter sob ataque permanente a possibilidade de essa candidatura se viabilizar. Todavia, as pesquisas demonstram que quanto mais ataques sofre, mais cresce a candidatura de Lula. Numa primeira leitura parece irracional esse efeito, mas é preciso contextualizar a disputa na realidade econômica e social do país.

Não é difícil comparar a diferença na vida das famílias brasileiras no governo Lula e a velocidade da degradação social e econômica que ocorre atualmente (desemprego crescente e prolongado, falta de perspectivas de acesso ao Ensino Superior para os jovens das classes populares, perda do valor de compra do salário mínimo, perda do Programa “Bolsa-Família” por “problemas técnicos”). A desigualdade social volta a crescer no Brasil e qualidade de vida das famílias piora.

De outro lado, sob o discurso do medo, de ataques aos Direitos Humanos e de se ampliar a repressão, cresce a candidatura de Bolsonaro. Há uma estratégia de utilização das redes sociais competente, que tem agregado jovens de classe média e aqueles que cultuam o corpo nas academias, acreditando que um estado mais autoritário e policial irá resolver o problema da violência no país. É uma candidatura que se alimenta do ódio e da vingança, e que prospera em setores religiosos fundamentalistas e intolerantes da sociedade. Seu crescimento é preocupante.

Ambas as candidaturas se apresentam à esquerda e à direita, respectivamente, como “salvadores da pátria”. Tal proposição desmobiliza a sociedade em buscar de soluções programáticas para os graves problemas do país. A polarização despolitizada faz crescer o número de eleitores que votam nulo, em branco ou se abstêm da votação, posição que deslegitima, mas não anula seu resultado.

Não se apresentam outras candidaturas com “folego” de participar dessa disputa eleitoral. Nenhuma candidatura quer se apresentar como “continuidade de Temer”, apesar de ocultamente, se alinharem a interesses semelhantes. Nas pesquisas, nomes como Marina, Alkmin, Dória, são testados, todavia sem condições de derrotar Lula. Aparecem nomes de Joaquim Barbosa e de Sérgio Moro, como alternativas para dar continuidade às políticas implementadas atualmente. A candidatura de Lula adia a apresentação de outros nomes à esquerda para disputa presidencial.

Nas pesquisas há um foco exagerado na eleição para presidente, deixando sem reflexão as eleições de deputados federais e senadores, que ainda estão tentando uma “reforma política” para viabilizar a sua reeleição. Há projetos que preveem o retorno do financiamento de campanha por empresas, mesmo nesse cenário em que as denúncias de corrupção se baseiam majoritariamente em financiamento de campanhas desse tipo.

Algumas iniciativas dos movimentos sociais estão propondo formular “projetos para o país”: Plano Popular Emergencial (proposto pela Frente Brasil Popular), Ciclo de debates “Vamos” (da Frente Povo sem Medo), formulação de um programa para o país (da Fundação Perseu Abramo), entre outros. A Plataforma para Reforma do Sistema Político propõe a adesão dos candidatos a presidente a 12 compromissos, entre eles a convocação de um plebiscito de caráter revogatório das medidas aprovadas pelo Congresso Nacional e sancionadas durante o governo Temer, dada a ilegitimidade que alegam do governo federal atual.

Não está garantida a realização de eleições para presidente em 2018. Entre as propostas em debate no Congresso Nacional há proposições de prorrogação do mandato de Temer, sob o argumento de fazer coincidir as eleições para os chefes dos Poderes Executivos (Federal, Estadual e Municipal), deixando as eleições parlamentares para pleito distinto.

Assim, cuidar da preparação das comunidades para participarem das eleições de 2018, conhecendo como funciona o sistema eleitoral e quais serão as candidaturas e que objetivos elas representam (não descuidando do foco nas candidaturas a deputados federais e senadores), além da criação de escolas de Fé e Política e da formação de comitês para fiscalizar e combater a corrupção eleitoral, é imprescindível. A solução para os problemas do país virá de uma participação mais ativa dos cidadãos e cidadãs em movimentos sociais e nos espaços de controle social e participação popular. Não há soluções mágicas ou milagrosas. Qualquer proposição desse tipo deverá ser questionada.

**Movimentos Sociais**

**Quilombolas e Base de Alcântara**

O Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), situado no município de Alcântara, no Maranhão, instituição vinculada ao ministério da Defesa, foi construído durante os anos 80 do século passado, através da remoção de parte das 156 comunidades quilombolas do seu território tradicional e obrigando aquelas 312 famílias da região costeira a viver em sete agrovilas planejadas pelos militares e distantes do mar. Um decreto estadual de 1980 desapropriou 52.000 hectares para implantação do CLA; em 1991, novo decreto, agora presidencial, declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação pela União, 62.000 hectares deste município.

Nos anos 90 o governo brasileiro realizou negociações com o governo norte-americano para a entrega da chamada Base de Alcântara para os EUA. É conhecido o interesse internacional por aquela base para fins de lançamento de satélites, devido a sua localização próxima à linha do Equador, o que significa uma grande economia de combustível, portanto permitindo mais espaço para instrumentos científicos nos artefatos espaciais e outras vantagens tecnológicas. O acordo com os EUA chegou a ser realizado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, que o enviou, no início dos anos 2000, para aprovação pelo Congresso brasileiro, mas isso não aconteceu, pois as condições impostas por aquele país foram consideradas ofensivas à soberania nacional pelos parlamentares brasileiros. Durante os governos Lula e Dilma novas negociações ocorreram desta vez com a Ucrânia, tendo avançado bastante em sua formatação e viabilização, mas também não chegaram a ser aprovadas e concretizadas.

Durante aquele período surgiram pretensões, por parte dos responsáveis pela Base de Alcântara, no sentido da sua ampliação sobre o território quilombola, o que implicaria na remoção de comunidades quilombolas ou pelo menos em dificultar o seu acesso ao mar, devido a alegados riscos à segurança nos períodos de lançamento de artefatos espaciais. Apesar de diversos diálogos e negociações terem ocorrido entre o governo e representantes quilombolas, este processo permaneceu inconcluso.

Em 2009 havia sido constituída uma Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal na Advocacia-Geral da União para mediar a discussão de sobreposição de interesses do Estado. A comissão incluiu também representantes da Secretaria-Geral da Presidência, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e do Estado-Maior da Aeronáutica, entre outros órgãos.

Neste ano de 2017, novos movimentos estão sendo feitos pelos governantes, que têm preocupado as comunidades de Alcântara e seus parceiros. Em primeiro lugar, o ministro da Defesa Raul Jungmann, em audiência pública no Congresso Nacional, declarou que o governo voltou a discutir a realização de novos acordos comerciais para o aluguel da Base de Alcântara e estaria identificando possíveis interessados; o mesmo ministro deu declarações à mídia maranhense afirmando que “precisa de mais 12.000 hectares” para ampliação do CLA; em segundo lugar, um helicóptero do CLA realizou sobrevoos sobre o território quilombola, no final de uma visita de ministros àquela base, o que deixou muito apreensivas as comunidades, principalmente por não ter sido aberto qualquer diálogo com elas ou seus representantes.

Finalmente, vazaram informações extraoficiais de que teriam sido realizadas reuniões no Palácio do Planalto, entre junho e agosto de 2017, coordenadas pela Casa Civil e orientadas pelo ministério da Defesa, no sentido de se colocar um prazo de 120 dias para a remoção de dezenas de comunidades quilombolas de seu território para a incorporação imediata desta área ao Centro de Lançamento de Alcântara.

Estas últimas informações chegaram até as comunidades de Alcântara e hoje o clima no território é de extrema preocupação, inclusive pânico, devido a ausência de diálogo ou informação por parte das autoridades, assim como devido à memória traumática do período da ditadura e dos anos seguintes, nos quais as comunidades quilombolas foram removidas de maneira forçada, sem qualquer indenização ou benefício, mas às custas de muita dor e sofrimento, que se desdobram até os dias de hoje.

**Novas formas de participação social: projetos para o Brasil**

A profunda crise política, social, econômica, de representação política e de rumos para o país está fazendo com que movimentos sociais e entidades da sociedade civil busquem construir novas formas de participação social, que sejam capazes de escutar e dialogar com o cidadão e a cidadã comuns, recolher suas análises e propostas para um novo país, para isso utilizando das novas ferramentas criadas pela tecnologia digital.

Em junho, a Frente Brasil Popular, lançou em São Paulo e em Brasília, o “Plano Popular de Emergência”[[3]](#footnote-3), com 76 propostas organizadas em 10 temas, submetendo-o ao debate público, na perspectiva de construir unidade na ação com outras frentes populares e Fóruns de mobilização pelo resgate da democracia no país.

A Frente Povo Sem Medo acaba de lançar a plataforma “VAMOS”[[4]](#footnote-4) (“Vamos! Sem medo mudar o Brasil”), um ciclo de debates para discutir um projeto para o Brasil. A proposta é realizar uma discussão ampla, nas redes e nas praças, que contemple a diversidade de representações e de posicionamentos políticos. As pessoas poderão apresentar suas propostas pela plataforma digital e participar dos debates públicos que irão ocorrer em pelo menos sete capitais. A discussão será organizada a partir de cinco eixos, pautados pelo desafio de aprofundar a democracia como saída para a crise. Os eixos são os seguintes: democratização da economia, da política e do poder; da cultura e das comunicações; dos territórios e meio ambiente e um programa que abarque temas relacionados com a diversidade racial e de gênero, buscando destacar a importância destas agendas na construção de um projeto popular.

A Fundação Perseu Abramo construiu um portal para o programa “Brasil que o Povo Quer”[[5]](#footnote-5). Utilizando-se de plataforma digital, o objetivo central do processo é elaborar com a participação da sociedade "um projeto de nação que seja inclusivo, em oposição a uma nação para poucos". A elaboração do programa “Brasil que o Povo Quer” terá três fases, sendo as duas primeiras *online*. Ao todo, sete eixos temáticos serão trabalhados no portal, com a participação da população, que poderá discutir os temas e avaliar os comentários feitos por outros participantes. Serão os seguintes os eixos a serem trabalhados: a ordem mundial, a soberania e a defesa da nação; participação popular, liberdade e direitos. Qual democracia queremos? integração nacional e serviços no Brasil. É possível construir um país mais justo para todos?; o que é qualidade de vida para você?; quem pagará o aumento da infraestrutura e dos bens comuns no Brasil?; como reduzir a desigualdade e garantir inclusão social no Brasil?; como mobilizar os recursos naturais e tecnológicos gerando riqueza para todos? Um oitavo eixo temático também deverá ser discutido em dezembro deste ano, a partir dos temas mais relevantes entre as discussões realizadas pelos participantes.

O surgimento, no momento atual, destas três iniciativas, ligadas a diferentes movimentos sociais e organizações populares, é um sinal claro de que a militância social e política no Brasil está em busca da superação dos graves vícios da representação política em nosso país, entre estes o distanciamento das mulheres e homens comuns, de seu cotidiano e de suas críticas e propostas para o país.

São experimentos novos, que utilizam ferramentas tecnológicas, como plataformas digitais, e deixam o desafio de acompanhá-los criticamente, para que possam efetivamente contribuir como o resgate e aprofundamento da democracia, tão ameaçada pelos retrocessos e pela retirada de direitos constitucionais.

**Grito dos Excluídos e das Excluídas**

O **23º** **Grito dos Excluídos/as** teve como lema “*Por direitos e democracia, a luta é todo dia”*. Este foi o grito que ecoou e animou centenas de manifestações populares por ocasião da semana da Pátria, e mais especificamente do dia 07 de setembro, em todo o Brasil. Igrejas, movimentos populares, sindicatos chamaram a atenção da sociedade para a urgência da organização e da luta popular frente ao cenário em que o país vive hoje, com retrocessos e desmonte do processo democrático e da perda iminente de direitos dos trabalhadores, conquistados a duras penas. Cidades de pequeno, médio e grande porte, dentre elas quase todas as capitais, Dioceses e pequenas comunidades, viram milhares de pessoas com faixas, cartazes, bandeiras entoarem seus gritos contra as reformas trabalhista e da previdência social, contra a corrupção e a impunidade; gritos por justiça, educação, saúde, saneamento básico, pela liberdade e soberania; gritos de denúncia dos assassinatos de lideranças populares nas cidades e nos campos, da violência contra a mulher, do assassinato da juventude, sobretudo dos negros, dos assassinatos de moradores de rua.

Ao propor que a vida esteja em primeiro lugar, o Grito está em sintonia com o Papa Francisco, quando na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, faz uso do termo “grito” para denunciar a situação de tantos seres humanos marcados pela pobreza e exclusão social: grito de pessoas e grito de povos inteiros (cf. EG 188-190).

**Dom José Maria Pires**

A equipe de Análise de Conjuntura faz uma pequena homenagem ao Arcebispo Emérito Dom José Maria Pires, que faleceu no dia 27 de agosto último.

Dom José nasceu no dia 15 de março de 1919, em Córregos, município de Conceição do Mato Dentro, Minas Gerais, foi ordenado sacerdote em 1941 e ordenado bispo em 1957. Participou do Concílio Vaticano II e foi um dos responsáveis pelas grandes mudanças da Igreja Católica no Brasil, no sentido de se aproximar e escutar as demandas e dores do nosso povo, principalmente os mais excluídos e vulneráveis.

Nomeado Arcebispo da Paraíba (1966-1995), ali entregou o melhor de seus anos e de suas qualidades de pastor e ser humano, exercendo sua atividade como bispo ao longo dos anos terríveis da ditadura civil-militar. Na Paraíba foi o amigo de todas as horas: dos camponeses, dos trabalhadores rurais e urbanos, dos pescadores, dos moradores das periferias, das prostitutas, dos indígenas, dos quilombolas, dos estudantes, dos defensores de direitos humanos, dos religiosos e das religiosas e dos cristãos leigos e leigas; que assumiam a missão de compromisso com as causas populares.

Nunca faltava uma palavra de ânimo e coragem de Dom José, o Dom Zumbi, para aqueles que sofriam e para aqueles que lutavam para vencer a dor, para superar as injustiças, para construir a paz. Sempre corajoso, sempre à frente das causas mais desafiadoras, como a busca da justiça no campo, Dom José deixou sua marca nas inúmeras conquistas das lutas pela reforma agrária, realizadas pelos camponeses paraibanos.

Quando tornado Bispo Emérito da Paraíba, em 1996, tornou-se também Pároco de sua pequena Córregos natal, fechando um ciclo de vida exemplar para a Igreja e para a sociedade brasileira.

Que Dom José nos ilumine e inspire nestes tempos atuais, em que precisamos de muitos mais pastores como ele, tão capazes de amar e tão amados pelo seu povo.

**Contribuíram para esta análise:** Pe. Thierry Linard SJ, Daniel Seidel, Pe. Ernanne Pinheiro,

Guilherme Delgado, Ivânia Vieira, Frei Olávio Dotto, Márcia Oliveira,

Nilton Tubino, Paulo Maldos, Pe. Paulo Renato e Pedro Gontijo.

1. “Marco temporal” é um argumento racista que argumenta que os direitos territoriais dos povos indígenas só têm validade se eles estivessem em suas terras em 5 de outubro de 1988 ou tivessem com ações no Poder Judiciário por suas terras naquela data. Desconsidera os estudos antropológicos que definem o que é “Território Indígena” e as lutas por retomadas de seus territórios realizadas pelos Povos Indígenas e Quilombolas. [↑](#footnote-ref-1)
2. Para adesão acessar: <https://secure.avaaz.org/po/petition/petition_59a5f9eb6cea5/> [↑](#footnote-ref-2)
3. Para acesso ao Plano integral, acesse: <http://frentebrasilpopular.org.br/acao/plano-popular-de-emergencia-5b24/> [↑](#footnote-ref-3)
4. A plataforma está disponível no link: <http://vamosmudar.org.br/> [↑](#footnote-ref-4)
5. Endereço eletrônico da plataforma: <https://brasilqueopovoquer.org.br/> [↑](#footnote-ref-5)